

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO

Relatório de Bolsa Treinamento,

programa: Educação em direitos humanos e reprodutivos junto à profissionais
do sexo.

Aluna: Fabiana Rodrigues de Sousa.

Curso: Licenciatura em Pedagogia.

RA: 201766.

Orientadora: Dra. Aida Victoria Garcia Montrone - DME/CECH
Co-orientadora: Prof^a Dr^a Maria Waldenez de Oliveira- DME/CECH

São Carlos

2003

SUMÁRIO

Introdução	3
1. Repensando o papel feminino	4
2. Metodologia	13
3. Planejamento	15
4. Aproximação do Campo	19
5. Resultado das intervenções	21
6. Considerações finais sobre a experiência	28
7. Referências Bibliográficas	29

Anexos

Anexo I - Diário de Campo

Anexo II – Material elaborado para aula sobre uso do correio eletrônico

Anexo III – Ficha de depoimentos utilizada na dinâmica de gênero

Anexo IV – Questionário aplicado para avaliação da dinâmica de gênero

Anexo V – Quadro sinóptico de visitas às Casas

Introdução

Este trabalho é um relato da experiência vivenciada, juntamente às mulheres trabalhadoras do sexo de duas casas noturnas de São Carlos, durante a realização de uma atividade de extensão.

Nessa atividade de extensão procurei discutir questões ligadas aos direitos humanos, aos direitos da mulher e questões de gênero.

No primeiro item desse relatório *Repensando o papel feminino*, apresento o referencial teórico que utilizei para estudar a temática dos direitos humanos e das relações de gênero e para dar sustentação ao planejamento das atividades realizadas durante os encontros. A seguir apresento a metodologia empregada, que esteve sempre pautada numa perspectiva educativa dialógica. O planejamento das intervenções é apresentado em forma de quadros, organizados pelos temas a serem discutidos durante os encontros.

No item *Aproximações do campo*, discorro sobre como se deu minha aproximação nas casas noturnas da cidade e como fui recebida pelas trabalhadoras, além de apresentar as aprendizagens que resultaram dos encontros nos quais não debatemos os temas apresentados no planejamento.

Por fim apresento os resultados das intervenções e as contribuições dessa experiência para a minha formação de educadora.

1. *Repensando o papel da mulher.*

Apresento neste capítulo o referencial teórico que embasou o estudo da temática trabalhada neste projeto e que serviu como ferramenta utilizada para estruturar o planejamento e desenvolvimento das atividades realizadas com as profissionais do sexo.

Inicialmente apresento o conceito de gênero e esboço alguns comentários sobre a relação entre educação e as relações de gênero, concluindo que a educação deve objetivar o desvelamento do mundo e a desmitificação de estereótipos. A seguir discorro sobre a divisão sexual do trabalho que estrutura e sustenta as desigualdades de gênero.

Apresento também um breve histórico sobre o feminismo e os movimentos de mulheres organizadas e sobre o movimento das trabalhadoras do sexo, procurando analisar os objetivos e resultados dessas organizações de mulheres. Teço comentários sobre o conceito de igualdade entre homem e mulher, nas Constituições de alguns países do Mercosul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) e comento alguns instrumentos de Direitos Humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres e outros.

A organização das mulheres na luta por seus direitos.

A educação e o conceito de gênero.

De acordo com Faria e Nobre (1997) as desigualdades existentes entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica que existe entre os sexos. As autoras revelam que as atribuições próprias do papel feminino e do papel masculino são demarcadas desde a infância, por exemplo, quando a família compra brinquedos como: carrinho para o menino e panelinhas para a menina, quando incentiva que o menino toque seu corpo, mas não admite que a menina faça o mesmo. Desde a infância, os meninos e as meninas são educados de forma diferenciada, essa educação é

interiorizada e tanto o homem quanto a mulher, expressam através do corpo, dos gestos e da postura, as relações de poder e os papéis socialmente construídos.

A escola também reforça e reproduz as desigualdades de gênero através dos livros didáticos que apresentam estereótipos dos papéis do homem e da mulher. Segundo Freire (2001, p.119), “a escola, não importa qual seja o seu nível, vem desempenhando um papel dos mais importantes, como eficiente instrumento de controle social”, o autor comenta que muitos educadores pensam que educar é adaptar a criança ao seu meio, dessa forma reforçam os mitos que negam a humanização das pessoas.

Para Freire (ibid) o ato de educar não se consiste na mera transmissão de conhecimentos, mas sim no autêntico ato de conhecer, refletir e transformar o conteúdo que foi aprendido. A educação libertadora não é aquela que reforça os papéis socialmente construídos, mas sim aquela que desmitifica os mesmos, é aquela que desvela a realidade.

As desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho

Segundo Faria e Nobre (1997), as relações de gênero se sustentam pela divisão sexual do trabalho. Atribui-se ao papel masculino, a responsabilidade pelo sustento do lar e da família, designando dessa forma ao homem o trabalho produtivo, realizado na esfera pública. Ao papel feminino, atribui-se o trabalho reprodutivo, relegando assim a mulher à esfera privada e à realização do trabalho doméstico, como os cuidados com a casa e com os filhos.

A demarcação de atividades que são próprias para homens e outras para as mulheres resulta na desvalorização de algumas tarefas e na diferenciação salarial entre homens e mulheres. Sendo que esta desvalorização se dá nas atividades consideradas tipicamente femininas. Geralmente as atividades exercidas pelas mulheres fora da casa são consideradas como uma extensão do seu papel de mãe e dona-de-casa. De acordo com Alves e Pitanguy (1985, p.64-5) o trabalho profissional da mulher, no Brasil, concentra-se “majoritariamente no setor de prestações de serviços. Quer seja como empregada doméstica [...], quer seja nos serviços de escritório, no magistério, na enfermagem, ela cuida, serve, atende, ensina.”

Nas indústrias, geralmente as mulheres exercem funções que exigem maior coordenação motora, paciência e outras habilidades que as pessoas acreditam serem dons

naturais da mulher. As autoras, Faria e Nobre (1997), concluem que as mulheres precisaram treinar desde a infância para obter tais habilidades e que considerar tais aptidões como dadas da natureza, consiste-se numa estratégia para não remunerar devidamente o trabalho exercido pela mulher.

Percovich e Aguirre (1996), revelam que os conflitos em torno da divisão sexual do trabalho entre homem e mulher, não excluem a existência de espaços de poder das mulheres e formas de resistência contra a dominação, também não excluem as outras formas de hierarquização derivadas de classe, etnia ou geração.

O feminismo e os movimentos de mulheres organizadas

O feminismo é definido por Faria e Nobre (*op.cit*,1997), como uma teoria política que tem expressão desde o século XIX. Essa onda feminista chegou ao Brasil no final dos anos 1960, influenciada pelos movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos.

Segundo Alves e Pitanguy (*op. Cit*, 1985) existe um conjunto de idéias e crenças que legitima e perpetua a construção social dos papéis feminino e masculino. Além de reproduzir estes papéis, este conjunto determina uma hierarquização entre os papéis sexuais, relegando a mulher à posição social inferiorizada e circunscrevendo a sexualidade feminina. As autoras relatam que o movimento feminista vem lutando ‘ho sentido de denunciar os conceitos ‘masculino’ e ‘feminino’ na sua oposição de ‘superior’ e ‘inferior’ (*op.cit*,p.63)’. Através de uma constante ação pedagógica, o movimento feminista procura denunciar como os meios de comunicação, a publicidade, a família, a escola e os livros reproduzem a imagem tradicional da mulher e reafirmam assim as desigualdades de gênero.

O movimento feminista não se limita a denunciar a existência dos diferentes papéis socialmente construídos, mas também reivindica igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, remuneração equivalente para homens e mulheres que exercem funções iguais e direitos iguais para ambos.

A partir das análises que ganham corpo dentro do movimento feminista, a idéia de que a esfera doméstica é o âmbito específico do feminino, sendo portanto “um espaço não político”, passa a ser questionada. Surgem novos grupos de organização de mulheres com o intuito de romper com o isolamento da mulher ao espaço da casa e das tarefas domésticas.

Ao partilhar as suas experiências com as outras, “à mulher reconhece a sua força e conscientiza-se da dimensão política de sua vida particular” (Alves e Pitanguy,1985, p.67), pois descobre que suas dificuldades, alegrias e frustrações, não são individuais mas também vivenciadas por outras mulheres, dessa forma descobre a dimensão do coletivo.

No Brasil, a participação das mulheres nos movimentos sociais aumenta a partir da década de 1980 e de acordo com Miele (*apud* Giuliani,1997, p.649) as mulheres têm contribuído para que ocorram importantes transformações como “... a politização do cotidiano doméstico, o fim do isolamento das mulheres no seio da família, a abertura de caminho para que se considere importante a reflexão coletiva, a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais e seu papel de destaque na renovação da própria cultura sindical”.

Após a democratização do Brasil nos anos 80, intensifica-se a participação feminina nos partidos políticos, as mulheres reivindicam mudanças nos Códigos Jurídicos já ultrapassados e defendem a promoção de leis e políticas públicas que garantam a igualdade de gênero. No início, priorizaram políticas relacionadas à saúde e ao combate à violência, depois as reivindicações se expandem, as mulheres lutam por creches e no início dos anos 90, lutam por programas de geração de renda, por lavanderias coletivas e outros direitos sociais.

O movimento das trabalhadoras do sexo no Brasil

Segundo informações apresentadas no *Documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids* com profissionais do sexo, publicado pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2002), o movimento das trabalhadoras do sexo, no Brasil, se inicia no ano de 1979, numa área de prostituição da cidade de São Paulo denominada ‘Boca do Lixo’ sediada no Rio de Janeiro e que conta com associações do Rio e de outras regiões do Brasil. Naquela época, o delegado Wilson Richetti havia assumido a delegacia com jurisdição naquela área, inicia-se então um período de perseguição as pessoas que trabalhavam na zona de prostituição. Muitas pessoas foram espancadas e torturadas “sob a ordem e a supervisão do delegado” (ibid, p.32), até que esses atos de violência culminam na morte de dois travestis e uma gestante.

Esses fatos resultaram na organização das pessoas envolvidas no trabalho sexual daquela região, que se uniram e promoveram uma passeata no centro de São Paulo para denunciar a violência a que vinham sendo submetidas. Esse movimento contou com o apoio de grande parte da sociedade civil. Com a repercussão do movimento, o governo de Estado resolveu afastar o delegado Richetti.

Em julho de 1987, realiza-se no Rio de Janeiro o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, por intermédio de Gabriela Silva Leite, trabalhadora do sexo que havia participado do movimento em São Paulo, na região da 'Boca do Lixo'. Gabriela realizou articulações com vários estados do Brasil e com o apoio de outras pessoas da sociedade civil, como artistas, jornalistas e advogados, conseguiu realizar o Encontro que contou com a participação de profissionais do sexo de onze estados. Durante este evento iniciou-se a formação da Rede Brasileira de Profissionais do Sexo, sediada no Rio de Janeiro e com associações formadas em outras regiões do Brasil.

Os objetivos da Rede Brasileira de Profissionais do sexo e das associações que a constituem são realizar ações contra a violência e o desrespeito aos profissionais do sexo, implementar programas de saúde, reivindicar a reforma legal e lutar pela dignidade da prostituta, buscando resgatar sua auto-estima e acabar com o preconceito e o estigma associado a pessoa que exerce a prostituição.

De acordo com Goffman (1982), um indivíduo possui um estigma quando apresenta certa característica que não é esperada pelas demais pessoas da sociedade. O indivíduo estigmatizado é aquele que poderia ter sido aceito facilmente nas relações sociais cotidianas, mas que por apresentar um traço que não corresponde às expectativas sociais, acaba afastando as pessoas e também "destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus".

O movimento das trabalhadoras do sexo procura acabar com o estigma que é associado às pessoas que exercem o trabalho sexual, procurando estabelecer ações que desmitifiquem o estereótipo socialmente construído em relação à prostituta, objetivando o desvelamento das trabalhadoras do sexo.

Conceito de Igualdade nas Constituições de Países do Mercosul

A partir dos anos 80, a crescente organização de movimentos de mulheres, resulta na intensificação da participação feminina nos partidos políticos e na ampliação de reivindicações de mudanças nos Códigos Jurídicos ultrapassados e discriminatórios em relação à mulher.

O movimento das mulheres foi um dos mais ativos durante a Constituinte de 1988 e conseguiu incluir na atual Constituição brasileira grande parte de suas reivindicações.

Analisando o *Guia dos Direitos da Mulher* (CFEMEA, 1996), percebemos que são estabelecidas inovações significativas para as mulheres com relação à família: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, tanto na vida civil, como no trabalho e na família; os direitos e deveres da vida conjugal devem ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. O planejamento familiar é de livre decisão do casal, é proibida qualquer forma coercitiva por parte das instituições, sejam elas privadas ou públicas e o Estado deve propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito. A Constituição de 1988 também introduz conquistas em relação aos direitos trabalhistas como a equiparação dos direitos entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais; a proibição de diferenças de salário, de função e admissão por motivo de sexo; a ampliação da licença maternidade para 120 dias e a implementação da licença paternidade; a fixação da jornada semanal de trabalho em 44 horas e o estabelecimento da criação de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher. É instituída em forma de lei a igualdade entre homens e mulheres pois, de acordo com a Constituição Brasileira, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Art. 5º, *caput* da Constituição da República Federativa do Brasil).

No livro *Direitos Humanos no Mercosul*, Pitanguy e Heringer (2001), destacam que os demais países do Mercosul: a Argentina, o Paraguai, o Chile e o Uruguai, também apresentam a questão da igualdade em suas constituições. A Constituição Argentina estabelece, em seu artigo 16, que todos são iguais perante a lei, sem privilégio de sangue, nascimento ou título de nobreza. A Constituição Paraguaia apresenta vários artigos que estabelecem o princípio da igualdade no exercício de direitos específicos, o artigo 48 dispõe que o homem e a mulher têm iguais direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais

e o Estado deve promover mecanismos adequados para efetivar essa igualdade. O Chile e o Uruguai empregaram a expressão “pessoas” na redação de suas constituições, para estabelecer a igualdade jurídica entre homens e mulheres. O artigo 5º da Constituição Chilena define que “às pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”; ainda com o propósito de estabelecer a igualdade, o texto do artigo 19 foi modificado, incluiu-se o vocábulo “mulheres”: “Homens e mulheres são iguais perante a lei”.

Instrumentos de Direitos Humanos

De acordo com Pitanguy e Heringer, (op.cit,2001), nos países do Mercosul, os direitos das mulheres são tutelados em suas constituições, mas apenas a Constituição, mesmo que avançada, é insuficiente para efetivar os direitos humanos, por isso os países assinam outros documentos. No Guia dos Direitos da Mulher (CFEMEA, 1996), as Convenções, Tratados e Acordos são definidos como instrumentos de direitos humanos, que ao serem ratificados pelos países ganham força de lei. Esses documentos estabelecem as formas como as pessoas deverão ser tratadas entre si e pelo Estado e apresentam sanções para quem não as cumpre.

O Brasil já assinou diversos Acordos, Tratados e Convenções, que envolvem diretamente a mulher, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Também já participou de Conferências onde se discutiu os direitos da mulher como a Conferência Mundial de Direitos Humanos da ONU e a IV Conferência Mundial da Mulher.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas e é o instrumento internacional mais importante de direitos humanos pois ao estabelecer os direitos fundamentais da humanidade, possibilita a luta pela garantia dos mesmos, em qualquer circunstância. A Declaração apresenta 30 artigos que dispõem sobre os direitos essenciais da humanidade, como saúde, educação, liberdade, justiça, paz, definindo-os como direitos universais.

Aprovada em 1979 pela Assembléia Geral da ONU, a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, é o instrumento mais eficaz de

direitos humanos para as mulheres , aborda a questão dos direitos da mulher e assegura as suas necessidades específicas.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher foi aprovada em maio de 1994 pela Organização dos Estados Americanos. Também é conhecida como ‘Convenção de Belém do Pará’ e sua aprovação representou um grande avanço na proteção dos direitos da mulher.

A Conferência Mundial de Direitos Humanos da ONU, aconteceu em junho de 1993, em Viena. Nessa Conferência os direitos da mulher foram discutidos e concluiu-se que os governos têm falhado na promoção de medidas que protejam os direitos humanos das mulheres.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz, ocorreu na China, em setembro de 1995. Essa Conferência reuniu representantes de mais de 180 países para discutir temas referentes à mulher, debate que resultou na Declaração de Pequim de 1995. Nesta conferência foram enfatizadas as relações de igualdade entre homens e mulheres referentes às relações sexuais e à reprodução, enfatizou-se o respeito e a vontade de assumir conjuntamente as responsabilidades das conseqüências do comportamento sexual de ambos. Esta Conferência afirma que os direitos sexuais e reprodutivos constituem parte inalienável dos Direitos Humanos.

Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, em 1995, foi destacada a importância dos direitos reprodutivos. Nesse encontro reafirmaram a necessidade de assegurar a igualdade entre homens e mulheres, a equidade de gênero através de mudanças de atitudes e a necessidade de promoção de políticas e práticas que estimulem a participação das mulheres em todos os campos da sociedade.

Outra conquista importante para a proteção dos direitos das mulheres foi a criação da Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher. O ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, afirmou que a Secretaria ‘será um instrumento importante para vencer as barreiras culturais à ascensão feminina’ (Pierangeli, 2002, p.1). A então presidente do Conselho Nacional do Direitos da Mulher, Solange Bentes Jurema, foi nomeada presidente do novo órgão, ela comentou que a Secretaria vai trabalhar a questão da violência contra a mulher, bem como sua participação no cenário político e no mercado de trabalho.

Discutir a ampliação e a efetivação dos direitos das mulheres, é uma condição necessária para se caminhar no sentido da transformação dessa sociedade em outra mais justa, na qual o conceito de igualdade entre as pessoas seja garantido na prática e não apenas assegurado em forma de lei.

2. Metodologia

A metodologia utilizada neste projeto esteve sempre pautada no diálogo, entendido por mim, como um importante instrumento que pode ser utilizado pelos diversos grupos sociais a fim de trocarmos os diferentes conhecimentos que possuímos.

Procurei estabelecer, constantemente, o diálogo com as trabalhadoras das duas casas noturnas nas quais foi desenvolvido este projeto, com o intuito de trocar experiências e conhecimentos acerca do trabalho sexual. Porque assim como Freire (1987), acredito que é através do diálogo que as pessoas ganham significação enquanto seres humanos e na medida em que convivem e trocam suas experiências de vida e os conhecimentos que possuem, as pessoas se educam coletivamente.

As atividades desse projeto foram desenvolvidas através de encontros semanais realizados em duas casas noturnas de São Carlos, nos quais as participantes discutiram temas relacionados às questões de gênero, direitos humanos, preconceito e trabalho sexual. A prioridade dos temas foi definida pelas profissionais do sexo.

Os temas foram trabalhados inicialmente a partir da realização de dinâmicas de grupo, nas quais problematizamos o conceito de gênero, para em seguida buscar identificar as relações de gênero presentes em nosso cotidiano e analisar como são construídos os diferentes papéis sociais e o que podemos fazer para não perpetuá-los.

Nos encontros também foram realizadas leituras e discussões de artigos e documentos, nos quais procuramos compartilhar conhecimentos e experiências no contexto dos direitos humanos e do trabalho sexual.

Na realização dos debates, a opinião de todas as participantes era considerada importante, eu procurava incentivar que as trabalhadoras apresentassem os argumentos que embasavam sua opinião e elas também me incentivavam a fazer o mesmo, sempre questionando o porquê de determinada opinião. O objetivo não era o de tentar convencer as trabalhadoras sobre a minha opinião e tampouco que elas me convencessem de suas opiniões, mas sim que dialogássemos sobre as nossas formas de perceber o mundo. Segundo Flecha (1997) a aprendizagem dialógica transforma as relações entre as pessoas possibilitando a ressignificação da nossa realidade, para o autor o significado que damos as nossas ações

depende do conjunto das nossas interações com as pessoas. Flecha (ibid) relata que uma perspectiva educativa dialógica orienta-se para a igualdade das diferenças e afirma que a verdadeira igualdade inclui o direito das pessoas a viverem de forma diferente.

Numa perspectiva educativa dialógica, as pessoas aprendem conjuntamente, “se educam em comunhão” (Freire, 1987), pois todos dão as suas contribuições e estas são aceitas de acordo com a validade dos argumentos apresentados pelas pessoas, não são valorizadas em função da posição de poder exercida pela pessoa.

3. Planejamento

Neste item apresento o planejamento das intervenções que foi organizado a partir das discussões entre a equipe acadêmica e as trabalhadoras do sexo de duas casas noturnas da cidade de São Carlos. As reuniões da equipe acadêmica se realizaram semanalmente de fevereiro a julho, nas quais discutíamos o desenvolvimento do projeto e estudávamos leituras sobre temas ligados ao projeto, como gênero, história do movimento de organização das trabalhadoras do sexo e outros.

A prioridade dos temas que são debatidos em cada Casa noturna é definida pelas trabalhadoras, por isso foram realizados encontros em fevereiro e março para definir com as trabalhadoras quais os temas elas gostariam de debater.

Também foi planejado desenvolver uma aula para orientar as trabalhadoras do sexo a utilizar o correio eletrônico, o material elaborado para esta aula pode ser consultado no *anexo II*.

Antes de iniciar o debate sobre os temas selecionados, foi planejado desenvolver uma dinâmica de gênero com as trabalhadoras da Casa 04 e da Casa 06. Segue abaixo um quadro com os temas selecionados organizados em quadros.

Planejamento da dinâmica de gênero: A dinâmica de gênero foi planejada e desenvolvida por mim e pela Flávia membro do grupo de estudos sobre trabalho sexual que também desenvolve um projeto juntamente às trabalhadoras do sexo de casas noturnas da cidade.

Objetivos:

Discutir os papéis socialmente atribuídos ao homem e à mulher buscando ampliar a compreensão sobre as relações e desigualdades de gênero. Identificar como a construção social desses papéis influenciam na vida cotidiana das trabalhadoras.

Atividades desenvolvidas pelas bolsistas:

As bolsistas ficarão responsáveis pela condução da dinâmica, lendo os depoimentos (consultar ficha de depoimentos *anexo III*) e orientando as trabalhadoras a preencherem os cartazes. Após as trabalhadoras preencherem todos os cartazes as bolsistas problematizarão cada depoimento buscando destacar questões ligadas às relações de gênero.

Atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras:

As trabalhadoras preencherão os cartazes expondo a sua opinião sobre a autoria de cada depoimento e os argumentos que justificam sua opinião. Depois participarão do debate sobre relações de gênero. No final do debate responderão ao questionário de avaliação da dinâmica.

Avaliação da dinâmica:

A dinâmica será avaliada a partir da análise das opiniões apontadas pelas trabalhadoras no desenrolar da atividade e pela aplicação de um questionário de avaliação (*consultar anexo IV*) que será aplicado ao final da atividade.

Tema: Gênero.

Objetivos específicos	Conteúdo	Estratégias	Atividades das trabalhadoras	Avaliação
Localizar as situações no cotidiano das trabalhadoras do sexo, em que estejam presentes questões de gênero e analisar os efeitos decorrentes desta construção sócio-cultural. Discutir formas de transformação das situações opressoras.	Conceito de gênero; História da Mulher; Construção das relações de gênero;	Levantar questões geradoras de discussão. Pedir para as trabalhadoras identificarem em seu cotidiano, alguma situação em que estejam presentes relações de gênero.	Participação na discussão e na leitura de textos.	Análise do debate sobre o tema, identificando se as profissionais discutem os efeitos das relações de gênero, presentes em seu cotidiano e se apontam possibilidades de uma reestruturação das relações de poder. Verificar se as trabalhadoras apontam fatores de marginalização.

Tema: Direitos sexuais e reprodutivos/ Descriminalização do Aborto.

Objetivos específicos	Conteúdo	Estratégias	Atividades das trabalhadoras.	Avaliação
<p>Discutir alguns instrumentos de direitos humanos que defendem os direitos reprodutivos e sexuais.</p> <p>Problematizar a questão da descriminalização do aborto.</p>	<p>Conceito de direitos sexuais e reprodutivos;</p> <p>Conceito de Planejamento Familiar;</p> <p>Estudo das resoluções tomadas na Conferência de Cairo, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social e na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, o Desenvolvimento e Paz.</p>	<p>Leitura e discussão dos artigos retirado do site do CFEMEA: “O que são direitos reprodutivos” e “O Estado Laico e o direito ao Aborto”.</p> <p>Perguntar para as trabalhadoras se há diferença entre ser a favor do aborto e ser a favor da descriminalização do mesmo, com o intuito de gerar reflexões.</p>	<p>Participação na discussão.</p> <p>Levantar pontos da sua realidade relacionados ao aborto e a questão do direito ao planejamento familiar, apontando como este se dá no SUS.</p>	<p>Analisar as falas e a participação das trabalhadoras do sexo no debate, procurando identificar se elas levantam questões de seu cotidiano relacionadas ao aborto e se posicionam-se contra ou a favor da descriminalização do mesmo.</p> <p>Identificar, a partir da discussão do direito ao planejamento familiar, se as trabalhadoras entendem o aborto como uma questão de saúde pública ou não.</p>

Tema: Direito Civil.

Objetivos específicos	Conteúdo	Estratégias	Atividade das trabalhadoras	Avaliação
Que as trabalhadoras discutam algumas mudanças ocorridas no Código Civil, identificando quais delas significaram um avanço na equiparação das relações de gênero entre homens e mulheres na vida civil.	Estudo das principais mudanças ocorridas no Código Civil, relacionadas a maioria civil, guarda e emancipação dos filhos, separação e divórcio, herança, casamento e unidade familiar, regime de bens, virgindade, paternidade e outras.	Destacar as formas discriminatórias e autoritárias presentes no Código Civil de 1916 e compará-las com as mudanças ocorridas no novo código.	Participar do debate e apontar se as mudanças ocorridas no novo código representam avanços, sendo capazes de garantir a igualdade em forma de lei, entre homens e mulheres.	Analisar a participação das trabalhadoras durante o debate, verificando se elas percebem as formas discriminatórias, presentes no código de 1916 e se julgam que há avanços capazes de equiparar as relações de gênero na vida civil, na redação do novo código.

4. Aproximação do Campo

Neste item procuro discorrer sobre como se deu minha aproximação nas Casas, como fui recebida pelas trabalhadoras do sexo e quais as aprendizagens resultaram dos encontros, nos quais não debatemos os temas planejados, mas conversamos sobre o cotidiano das trabalhadoras.

Fui bem recebida nas Casas 04 e 06 pois algumas trabalhadoras já me conheciam devido ao trabalho que desenvolvi no semestre passado nestas Casas. Notei que a mobilidade das trabalhadoras nas Casas noturnas é muito grande, muitas das trabalhadoras que estavam nestas Casas no semestre passado já não estavam mais lá esse semestre. Em conversa com as trabalhadoras da Casa 06, no dia 21 de maio, debatemos a questão da mobilidade das trabalhadoras do sexo, segundo uma trabalhadora “As meninas rodam de Casa em Casa, onde está dando dinheiro você pára e fica”. De acordo com as trabalhadoras a mobilidade é necessária no trabalho sexual, pois quando a Casa está baixo movimento é preciso sair a procura de outro local para trabalhar. Em uma reunião da equipe acadêmica, na qual uma trabalhadora compareceu, ela revelou que um ponto negativo em relação a trabalhadora do sexo ter carteira de trabalho assinada seria o fato dela ter de permanecer na Casa porque assinou um contrato, mesmo que o movimento da Casa esteja baixo.

Outra aprendizagem muito relevante que tive no desenrolar deste projeto resultou do fato de acompanhar uma trabalhadora do sexo que ficou grávida e que precisava doar seu filho pois não tinha como manter uma criança morando em uma boate e não possui recursos para alugar uma casa ou mesmo pagar uma babá para cuidar da criança enquanto trabalha. Ao acompanhar a angústia dessa trabalhadora em ter de doar seu filho, percebi o quanto ainda é falha a rede de apoio às pessoas que exercem trabalhos noturnos, não há creches para essas pessoas deixarem seus filhos enquanto trabalham, o transporte coletivo não funciona. Em conversa com a Fátima, assistente social da Vara da Infância e do Adolescente, ela revelou que infelizmente a rede de apoio aos trabalhadores noturnos ainda não está estruturada em São Carlos. Aprendi quais os procedimentos devem ser adotados para se doar uma criança, ao acompanhar a trabalhadora da Casa 06 em uma visita a Vara da Infância e do Adolescente, neste encontro conversamos com a assistente social Fátima e

esclarecemos diversas dúvidas sobre o processo de doação. Neste encontro a trabalhadora descobriu que se doasse seu filho para o Fórum, ela não poderia mais vê-lo e não teria acesso a informações sobre a família que o adotasse. A trabalhadora decidiu não doar o filho para o Fórum, mas sim para seu irmão que mora em Rondônia e se disponibilizou a adotar a criança quando esta nascesse.

As visitas realizadas às casas nas quais não discutimos os temas como estabelecido no planejamento já apresentado, também propiciaram uma grande aprendizagem acerca do trabalho sexual e da realidade vivenciada pelas trabalhadoras do sexo. Nestes encontros discutimos questões que permitiram uma percepção mais crítica da realidade das trabalhadoras do sexo, pois as trabalhadoras falam sobre os lugares que gostam de sair após trabalharem, falam sobre relacionamentos amorosos, apontam fatores sobre a organização do trabalho nas casas noturnas, as trabalhadoras compartilham as experiências vivenciadas em seu cotidiano e a partir dessa troca de experiências, desse diálogo, torna-se possível o desvelamento sobre quem realmente são as trabalhadoras do sexo.

5. Resultado das intervenções

Neste item apresento o resultado das intervenções que foram realizadas nas Casas 04 e 06, nas quais discutimos os temas apresentados no planejamento. De acordo com o planejamento apresentado acima, estava previsto o debate sobre os temas gênero, direitos sexuais e reprodutivos, descriminalização do aborto e direito civil, além da aula sobre a utilização do correio eletrônico (e-mail).

Apenas o tema gênero foi debatido nas Casas 04 e 06 a partir da realização das dinâmicas de grupo sobre o tema, foi possível discutir com as trabalhadoras o conceito e as relações de gênero.

A aula de e-mail foi agendada diversas vezes para ser ministrada, mas sempre que chegava à Casa 04 para levar as trabalhadoras para a UFSCar, local onde se realizaria a aula, elas não estavam dispostas a irem pois haviam trabalhado até tarde e estavam cansadas ou então algum cliente havia chamado as trabalhadoras da Casa para participar de um churrasco. Quando isso ocorre todas as trabalhadoras da Casa vão para o churrasco, pois não estão indo apenas a lazer, mas vão para desenvolver o seu trabalho.

Em muitos encontros chegamos à Casa para debater o tema proposto, mas devido ao cansaço da noite de trabalho as profissionais do sexo não estavam dispostas a debaterem o tema e ficávamos conversando sobre questões relativas ao seu cotidiano.

Segue abaixo a avaliação das dinâmicas de gênero que foram ministradas na Casa 04 e na Casa 06.

Casa 06

Data: 07/05/03

Número de participantes: 02

Objetivos:

Discutir os papéis socialmente atribuídos ao homem e à mulher buscando ampliar a compreensão sobre as relações e desigualdades de gênero. Identificar como a construção social desses papéis influencia na vida cotidiana das trabalhadoras.

Atividades desenvolvidas pelas bolsistas:

As bolsistas ficaram responsáveis pela condução da dinâmica, lendo os depoimentos e orientando as trabalhadoras a preencherem os cartazes. Após as trabalhadoras preencherem todos os cartazes as bolsistas problematizaram cada depoimento buscando destacar questões ligadas às relações de gênero. No final da atividade foi aplicado um questionário de avaliação para as trabalhadoras responderem.

Atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras:

As trabalhadoras preencheram os cartazes expondo a sua opinião sobre a autoria de cada depoimento e os argumentos que justificaram sua opinião. Depois participaram do debate sobre relações de gênero. No final do debate responderam ao questionário de avaliação da dinâmica.

Avaliação

Pelos depoimentos recolhidos no debate constatamos que as trabalhadoras identificaram diversas situações no seu dia-a-dia em que estão presentes as relações de gênero. Esses depoimentos exemplificam a percepção das trabalhadoras sobre os papéis sociais relacionados ao homem e a mulher.

— “Tem homem tão machista que quando está no trânsito e vê uma mulher dirigindo, já fala: ‘cuidado olha a mulher dirigindo!’”.

— “Nem sempre a mãe aceita se a filha vai morar fora, sozinha, sem ser no matrimônio.”

O debate realizado possibilitou a reflexão sobre as desigualdades e relações de gênero, e sobre como essas relações influenciam o nosso cotidiano. Ao refletirmos sobre os diferentes papéis sociais, uma das trabalhadoras apontou a educação familiar como uma

forma possível para amenizar as desigualdades de gênero. Ao discutir um dos depoimentos da ficha elaborada para a dinâmica, uma das trabalhadoras apresentou um argumento que reforça a idéia da mulher estar associada à família e ao cuidado dos filhos, pois em sua opinião o homem geralmente é desligado da família. Já a outra trabalhadora não compartilhou da mesma opinião revelando acreditar que tudo depende da forma como o homem é criado e educado, ela expôs sua família como exemplo, dizendo que seus irmãos são mais apegados à sua mãe, do que ela própria e as suas irmãs.

—“Depende da forma como ele (o homem) é criado. Na minha casa meus irmãos ficam mais na barra da saia da minha mãe, do que eu.”

Ao analisarmos os depoimentos da ficha relacionados à questão da maternidade e ao cuidado dos filhos percebemos que todas associaram os mesmos a figura da mulher. Demonstrando o quanto às representações dos papéis feminino e masculino influenciam as nossas relações sociais.

No início da dinâmica contamos com a participação de 04 trabalhadoras. No entanto uma delas precisou se ausentar, pois quando chegamos a casa ela estava tingindo os seus cabelos e precisou se retirar para tomar banho. A outra trabalhadora optou por ficar apenas observando e revelou que não queria escrever. Acreditamos que essa trabalhadora não participou da atividade por apresentar uma certa resistência e timidez em escrever seus argumentos no cartaz.

Em relação aos depoimentos da ficha que abordam a questão sexualidade constatamos que as trabalhadoras acreditam que o homem possui uma necessidade biológica de ter relações sexuais freqüentemente, ao contrário da mulher que possui desejo sexual, mas não relega o sexo ao campo da necessidade. Perguntamos às trabalhadoras se elas acreditavam que essa necessidade masculina era biológica ou se os homens foram educados de forma que os levaram a agir assim. As trabalhadoras revelaram que a educação influencia nessa forma de agir adotada pelo homem, mas não descartaram a crença de que o homem possui uma necessidade biológica em ter relações sexuais.

Nos questionários de avaliação da dinâmica as trabalhadoras revelaram gostar do desenvolvimento e dos assuntos abordados na dinâmica. Uma das trabalhadoras apontou como momento positivo da atividade o fato de poder conhecer o que suas colegas de trabalho pensam sobre as questões levantadas durante o debate. Apontou como um

momento negativo a constatação da desunião existente entre as mulheres. Ela revelou que uma das lições aprendidas foi a percepção de que os direitos e deveres são iguais para homens e mulheres e que poderá aplicar esse aprendizado para educar seus filhos.

Casa 04

Data: 14/05/03

Número de participantes: 05 trabalhadoras e 01 funcionário.

Objetivos:

Discutir os papéis socialmente atribuídos ao homem e à mulher buscando ampliar a compreensão sobre as relações e desigualdades de gênero. Identificar como a construção social desses papéis influencia na vida cotidiana das trabalhadoras.

Atividades desenvolvidas pelas bolsistas:

As bolsistas ficaram responsáveis pela condução da dinâmica, pela leitura dos depoimentos e pelo preenchimento dos cartazes, com as respostas das trabalhadoras. Após o preenchimento dos cartazes, as bolsistas problematizaram cada depoimento buscando destacar questões ligadas às relações de gênero. No final da atividade foi aplicado um questionário de avaliação para as trabalhadoras responderem.

Atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras:

As trabalhadoras ouviram os depoimentos e apresentaram a sua opinião sobre a autoria de cada depoimento e os argumentos que justificaram sua opinião. Depois que as bolsistas preencheram os cartazes, as trabalhadoras participaram do debate sobre relações de gênero. No final do debate algumas trabalhadoras responderam ao questionário de avaliação da dinâmica.

Avaliação:

Após avaliar a realização da dinâmica desenvolvida na Casa 06, optamos por preencher os cartazes, em vez de deixar essa atividade sob responsabilidade das trabalhadoras, pois acreditamos que uma das trabalhadoras desta Casa apresentou uma certa

resistência e timidez em redigir suas respostas nos cartazes. Ela demonstrou interesse em participar da atividade, mas quando descobriu que deveria escrever suas respostas nos cartazes, revelou que preferia ficar apenas observando. As outras duas trabalhadoras que aceitaram participar da dinâmica, falavam bastante sobre cada depoimento lido, mas também apresentaram dificuldades em redigir seus argumentos. Por esse motivo decidimos mudar a organização da dinâmica ao desenvolvê-la na Casa 04, nos responsabilizando pelo preenchimento dos cartazes e nos preocupando sempre em perguntar para elas se o que havíamos escrito realmente traduzia o que elas queriam dizer.

Ao analisar os depoimentos das trabalhadoras durante o debate, constatamos que elas identificaram diversas situações no seu dia-a-dia em que estão presentes as relações de gênero. Os depoimentos abaixo exemplificam a percepção das trabalhadoras sobre os papéis sociais relacionados ao homem e a mulher.

— “A mulher tem mais responsabilidade em cuidar do filho, porque ela sabe a dor de ter um filho e por isso também sabe a dor de perdê-lo.”

— “Acho que poderia ser igual (referindo-se a responsabilidade no cuidado dos filhos), mas ainda é a mulher quem cuida mais dos filhos”.

— “Mesmo casado o homem que comer outra mulher.”

Após revelar a autoria de cada depoimento, iniciamos um debate que possibilitou a reflexão sobre as desigualdades e relações de gênero e sobre como essas relações influenciam o nosso cotidiano. Notamos que essas relações influenciam de forma diferenciada o cotidiano de cada pessoa, pois observamos que as trabalhadoras apresentaram percepções distintas sobre os diferentes papéis sociais.

Ao discutirmos a questão da sexualidade, notamos como foi clara a distinção entre os depoimentos apresentados. Uma das trabalhadoras insistia que o homem tem necessidade de transar, enquanto a mulher possui vontade mas não necessidade de transar. Em sua opinião o homem sente-se obrigado a transar, ainda que não possua atração sexual pela mulher. Já a outra trabalhadora acredita que os dois, tanto o homem como a mulher, possuem necessidade de transar, mas em sua opinião nem sempre a mulher pode revelar essa necessidade. Segue abaixo alguns depoimentos que exemplificam essa questão:

— “O homem não liga, em qualquer mulher ele já tá enfiando. Tem homem que come só por obrigação, senão vão chamá-lo de veado”.

— “Os dois têm a mesma necessidade”.

Quando discutimos a questão do amor, as trabalhadoras revelaram que a mulher é mais emotiva e expõe seus sentimentos com mais facilidade. Nesse momento percebemos que também havia divergências de opiniões entre as trabalhadoras, pois uma delas declarou que o homem pode ser tão emotivo e sensível quanto à mulher, quando está apaixonado.

Segue alguns depoimentos que evidenciam essas opiniões:

— “A mulher tem mais facilidade para falar”.

— “A mulher fala mais, é mais sentimental. O homem é mais durão”.

— “Acho que o homem também dá ‘bafão’ quando ama. O homem só segura os seus sentimentos quando está são, depois que senta numa mesa de bar e pede o primeiro copo, depois o segundo, ele também começa a falar tudo”.

As trabalhadoras da Casa 04 identificaram os papéis sociais presentes em seu cotidiano e revelaram que a educação familiar influencia na forma como as pessoas incorporam esses papéis. No entanto, ao contrário das trabalhadoras da Casa 06, elas não apontaram meios para transformar as desigualdades de gênero. O depoimento a seguir demonstra essa conclusão:

— “O povo ainda é muito preconceituoso, poderia ser diferente, mas ainda vai demorar muito”.

Acreditamos que um dos fatores que contribui para desviar a atenção das trabalhadoras foi a televisão que estava ligada e sintonizada num programa de depoimentos. Diversas vezes tivemos que interromper a dinâmica pois as trabalhadoras desviavam sua atenção, observando as pessoas que estavam dançando no programa.

Outra diferença em relação ao desenvolvimento da dinâmica na Casa 06 e nesta Casa, foi o fato de contarmos com a presença de uma figura masculina, o cozinheiro da Casa. Notamos que ele foi o único a perceber que a questão da gravidez, apresentada em alguns depoimentos, poderia ser tanto de homem quanto de mulher. Chamando atenção para o fato da palavra gravidez ser sempre associada à figura da mulher, mas que a mesma também poderia ser associada ao homem.

— “Ma não está falando que ela ficou grávida. Tá falando de gravidez, que pode ser tanto dela (mulher), como uma gravidez da mulher dele (homem)”.

Em relação ao questionário de avaliação da dinâmica, apenas duas trabalhadoras responderam ao mesmo. Elas não responderam às questões discursivas, responderam somente as questões de assinalar alternativas. Revelaram que gostaram da dinâmica e dos assuntos abordados. Uma das trabalhadoras disse que estava com preguiça de escrever e por isso não respondeu às questões discursivas.

A realização da dinâmica se estendeu por um longo tempo, já que a interrompemos diversas vezes para observar a televisão e se a prolongássemos por mais tempo iríamos interferir no horário do jantar das trabalhadoras. Acreditamos que essa demora tenha influenciado no fato das trabalhadoras não responderem ao questionário.

6. Considerações Finais sobre a experiência

A realização desse projeto foi muito relevante para minha formação, pois tive a oportunidade de vivenciar uma ação educativa dialógica, na qual as atividades estiveram sempre pautadas no diálogo e as pessoas envolvidas procuraram aprender coletivamente, socializando seus conhecimentos, suas experiências e histórias de vida. Ao desenvolver o projeto tive a possibilidade de atuar socialmente em uma comunidade e assim aprimorar meus conhecimentos sobre Educação Comunitária, Sexualidade, Saúde Reprodutiva e Direitos Humanos.

Ao acompanhar a trabalhadora do sexo da Casa 06, durante a sua decisão em doar seu filho, descobri como é o processo de doação de um filho e pude presenciar as dificuldades que a pessoa vivencia ao ter de tomar essa decisão. Percebi também o quanto a rede de apoio às mulheres trabalhadoras noturnas ainda é falha na cidade de São Carlos, não apenas aqui mas em diversas cidades, faltam creches, lavanderias, transporte coletivo e outros equipamentos sociais, para atender às pessoas que trabalham no período noturno.

A partir do diálogo com as trabalhadoras e das conversas realizadas nos encontros, pude conhecer um pouco mais sobre a realidade do trabalho sexual e sobre as mulheres que o exercem. Nestes encontros as trabalhadoras falavam sobre a organização do trabalho sexual e sobre as relações de poder existentes entre as pessoas nele envolvidas.

Ao analisar o relato das trabalhadoras sobre as suas experiências da vida cotidiana torna-se possível o desvelamento sobre quem realmente são as mulheres trabalhadoras do sexo, elas são mulheres que gostam de usufruir de uma atividade de lazer após o trabalho, freqüentam bares ou boates para se divertirem e gostam de falar sobre seus relacionamentos amorosos com as pessoas em quem confiam, enfim trabalham e gostam de atividades de lazer como toda mulher.

7. Referências Bibliográficas

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo : Abril Cultural : Brasiliense, 1985.

BRASIL, Ministério da Saúde – **Profissionais do sexo**: documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids. Séries Manuais, no. 47. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA/**Guia dos direitos da mulher**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1996, p.3 a 34

FARIA, Nalu ; NOBRE, Miriam . **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF,1997.

FLECHA, **R.** *Compartiendo palabras. Barcelona: Paidós, 1997.*

FREIRE, Paulo. **Algumas notas sobre humanização e suas implicações pedagógicas**. *In* FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo : Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIULANI, Paola Cappellin . *Os Movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. *In* PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 640 a 667

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1982.

PERCOVICH, Margarita ; AGUIRRE, Rosario. *Los desafíos después de Beijin en los países del Mercosur*. 1996.

PIERANGELI, Flávia – *Ministro empossa Secretária Nacional dos Direitos da Mulher*, 2002,
www.mj.gov.br/sedh/cndm, p.1

PITANGUY, Jacqueline ; HERINGER, Rosana. *Direitos Humanos no Mercosul*. Rio de Janeiro: Cepia, 2001, p.5 a 77

Obras consultadas:

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 287p.

OLIVEIRA, Maria Waldenez; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves - **Agentes Educacionais em comunidades: processos de interação, integração e educação**. Reunião do Núcleo Educação para a Integração da Associação das Universidades do Grupo Montevideo – AUGM, realizada durante o II Seminário Internacional ‘Por una Cultura de Paz’, promovido pela UNESCO, AUGM e UNER-Universidade Nacional de Entre Rios, Paraná, Argentina, 23 e 24 de março de 1999. Publicação de trabalho (no prelo), 5p.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Trad. Magda Lopes. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998, 459p.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Anotações sobre ética, movimentos sociais, pesquisas. In: JACQUES, Maria da Graça Correa (org) – *Relações Sociais e Ética*. Porto Alegre : ABRAPSO – Regional Sul, 1995, p.233 a 239

